PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. DUDA RAMOS)

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos prejudiciais na internet.

O Congresso Nacional decreta:

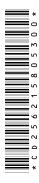
Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos prejudiciais na internet.

Art. 2º A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art. 12. Sem prejuízo das demais sanções cíveis, criminais ou administrativas, as infrações às normas previstas nos arts. 10, 11 e 23-A ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções, aplicadas de forma isolada ou cumulativa:

- I advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
- II multa, observados os parâmetros do regulamento,
 proporcional à gravidade da infração e à capacidade econômica do infrator;
- III suspensão temporária das atividades que envolvam tratamento de dados pessoais ou oferta de serviços;
- IV proibição parcial ou total do exercício das atividades relacionadas às infrações.





	Parágrafo	único.	Tratando-se	de	empresa	estrangeira,
responde solid	dariamente p	elo paga	imento da mul	lta de	que trata	o caput sua
filial, sucursal, escritório ou estabelecimento situado no País." (NR)						

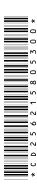
Seção V

Da Proteção de Crianças e Adolescentes contra Conteúdos Prejudiciais

Art. 23-A Os provedores de aplicações de internet deverão, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, adotar medidas específicas para proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos prejudiciais, nos seguintes termos:

- I implementar mecanismos eficazes de identificação, moderação e monitoramento de conteúdos prejudiciais definidos nesta Lei ou em regulamentação específica;
- II disponibilizar canal de denúncias acessível, seguro e eficaz, que permita a qualquer usuário, em especial pais ou responsáveis legais, reportar conteúdos prejudiciais, garantindo resposta fundamentada sobre as providências adotadas;
- III adotar medidas imediatas para remover, restringir ou bloquear o acesso a conteúdos identificados como prejudiciais a que se refere este artigo e, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento de notificação ou denúncia fundamentada;
- IV publicar relatórios periódicos de transparência, em formato acessível e linguagem clara, sobre as medidas adotadas, incluindo dados sobre denúncias recebidas, conteúdos removidos, recursos apresentados e decisões de instâncias de revisão;
- V instituir conselhos independentes e multissetoriais, com participação de representantes da sociedade civil, especialistas, setor privado e poder público, responsáveis por analisar, de forma transparente e fundamentada, casos controversos de moderação de conteúdo;





Apresentação: 18/07/2025 17:42:48.137 - Mes

- VI adotar mecanismos eficazes de verificação da idade dos usuários, respeitando a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), podendo incluir:
 - a) verificação documental eletrônica;
- b) detecção automatizada de perfis infanto-juvenis com base em padrões de comportamento;
- c) outros métodos eficazes, conforme regulamentação específica;
- VII criar ambientes digitais dedicados e apropriados ao público infanto-juvenil, com curadoria de conteúdo, restrições a práticas de publicidade e adoção de medidas reforçadas de proteção, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se conteúdos prejudiciais às crianças e adolescentes:

- I material que incentive ou faça apologia à violência,
 automutilação, suicídio ou distúrbios alimentares;
- II conteúdos de abuso, exploração ou exposição sexual de crianças e adolescentes;
- III discursos de ódio, discriminação, bullying ou incitação à violência contra crianças e adolescentes;
- IV desafios, jogos, práticas ou conteúdos que coloquem em risco a integridade física, emocional ou psicológica de crianças e adolescentes;
- V outros conteúdos considerados nocivos à saúde, segurança ou ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, definidos em regulamentação específica."
- Art. 3 ° Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.





Apresentação: 18/07/2025 17:42:48.137 - Mes

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil acompanha uma preocupante tendência internacional de aumento de incidentes envolvendo conteúdos prejudiciais à saúde física e mental de crianças e adolescentes na internet. Dados da SaferNet Brasil de 2022¹ revelam que as denúncias relacionadas ao armazenamento, divulgação e produção de imagens de abuso e exploração sexual infantil ultrapassaram, pelo segundo ano consecutivo, a marca de 100 mil registros — foram 111.929 denúncias de pornografia infantil em 2022, um aumento de 9,9% em relação a 2021.

Além disso, estudos científicos demonstram os danos emocionais e psicológicos provocados pelo consumo de conteúdos nocivos por crianças e adolescentes. Uma revisão sistemática de 46 estudos internacionais apontou a associação entre o uso intenso da internet, o acesso a sites de automutilação e o aumento de comportamentos auto lesivos e suicidas em jovens de até 25 anos, com destaque para fenômenos como a "normalização", o "contágio social" e as chamadas "competições perigosas" que se disseminam pelas plataformas digitais².

O assunto fica ainda mais preocupante quando três a cada dez crianças e adolescentes que acessam a internet no Brasil afirmam que já passaram por alguma situação ofensiva. Conforme aponta a pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024, do Comitê Gestor da Internet no Brasil, divulgada em outubro de 2024, 42% já viram alguém ser discriminado nas redes. Ao mesmo tempo, esses números destoam do entendimento de 77% dos responsáveis, que afirmaram que seus filhos utilizam a internet com segurança³.

Esse cenário se agravou nos últimos anos, como relatado por Catarina Fugulin, do movimento Desconecta, durante debate promovido pela OAB-Paraná⁴. Segundo a especialista, crianças brasileiras passam, em média,

Ver: Ordem Digital enfocou o uso das plataformas digitais na infância e na adolescência - OABPR





Ver: Denúncias de crimes de discurso de ódio e de imagens de abuso sexual infantil na internet têm crescimento em 2022 | SaferNet Brasil

² Ver: Ver: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5558917/

³ Ver: https://lunetas.com.br/criancas-estao-mais-expostas-a-ofensas-na-internet/

Apresentação: 18/07/2025 17:42:48.137 - Mesa

A presente proposta altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 — o Marco Civil da Internet — com o objetivo de reforçar a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, diante dos riscos crescentes relacionados à exposição precoce, desassistida e, muitas vezes, nociva às redes sociais e demais plataformas digitais.

É importante lembrar que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, determina como prioridade absoluta a proteção integral de crianças e adolescentes, incumbindo ao Estado, à sociedade e à família garantir os direitos fundamentais à vida, saúde, educação, respeito e dignidade. No ambiente digital, esse dever exige o aprimoramento do arcabouço normativo vigente.

Embora o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabeleçam importantes diretrizes sobre direitos e responsabilidades no ambiente digital, observa-se uma lacuna específica quanto às obrigações das plataformas digitais, denominados como provedores de aplicações de internet no Marco Civil, no enfrentamento dos riscos que afetam o público infanto-juvenil.

Este Projeto de Lei busca preencher essa lacuna, introduzindo ao MCI o novo art. 23-A, que estabelece um conjunto significativo de medidas obrigatórias para os provedores de aplicações de internet com foco na proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos prejudiciais, tais como:

- Mecanismos eficazes de identificação, moderação e monitoramento de conteúdos nocivos, com foco em automutilação, exploração sexual, violência, discursos de ódio, *bullying*, desafios perigosos e práticas que coloquem em risco o desenvolvimento infantojuvenil;





Apresentação: 18/07/2025 17:42:48.137 - Mesa

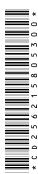
- Canais de denúncia acessíveis, seguros e eficazes, especialmente voltados a pais e responsáveis, com garantia de resposta fundamentada;
- Obrigação de remoção, restrição ou bloqueio de conteúdos prejudiciais no prazo máximo de 48 horas;
- Relatórios periódicos de transparência, em linguagem clara e acessível, contendo dados sobre denúncias, conteúdos removidos, recursos e decisões;
- Criação de conselhos independentes e multissetoriais, inspirados em modelos internacionais como o *Oversight Board* do Facebook, para revisão de casos controversos de moderação, conciliando a proteção da infância com a liberdade de expressão;
- Adoção de mecanismos eficazes de verificação de idade dos usuários, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, incluindo verificação documental e detecção automatizada de perfis infantis;
- Criação de ambientes digitais dedicados ao público infantojuvenil, com curadoria de conteúdo, restrições a publicidade e reforço das medidas de proteção.

Adicionalmente, o projeto altera o art. 12 do Marco Civil da Internet, para estabelecer sanções proporcionais às infrações dessas obrigações, considerando a gravidade da conduta e os esforços preventivos adotados pelas plataformas.

A proposta também dialoga com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como as diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU sobre segurança infanto-juvenil no ambiente digital, ratificadas pelo Decreto nº 99.710/1990⁵. Ademais, aproxima o Brasil das boas práticas legislativas internacionais, como a Lei de Serviços Digitais da União Europeia (*Digital Services Act*)⁶, que prevê a responsabilização das plataformas e medidas rigorosas de verificação de idade e proteção de menores.

⁶ Ver: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-services-act_pt





⁵ Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm

Com isso, busca-se um equilíbrio entre o incentivo à inovação tecnológica, o respeito à liberdade de expressão e a proteção efetiva dos direitos das crianças e adolescentes, consolidando um ambiente digital mais seguro, saudável e compatível com os princípios constitucionais e com as expectativas da sociedade brasileira.

Diante do exposto, esta proposição legislativa representa um avanço necessário e urgente para assegurar, no ambiente digital, a prioridade absoluta que a Constituição confere à proteção integral da infância e adolescência, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres colegas para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 2025.

Deputado DUDA RAMOS

2025-5035

